



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: A SERVIÇO DE QUE IDEOLOGIA ESSA INSTITUIÇÃO DESENVOLVE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO TRABALHADOR?

*Silvia Maria dos Santos Stering - IFMT
Rupert Carlos de Toledo Pereira - IFMT*

Resumo

Este artigo objetiva realizar uma reflexão sobre as tramas que envolvem a formação do trabalhador no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, com foco nos mecanismos de superação e de enfrentamentos pertinentes à realidade social em que os sujeitos estão inseridos. O texto resulta da pesquisa de doutorado em andamento e da experiência profissional docente de servidores do IFMT que atuam respectivamente como pedagoga e docente no contexto escolar do IFMT, instituição pública federal de ensino em Cuiabá/MT. O estudo de cunho qualitativo é realizado mediante um conjunto de observações, pesquisas e ações vinculadas ao trato dos dados observados ao longo da atuação dos profissionais da educação, articulados aos referenciais teóricos pertinentes. Com base na Lei 11.892/2008, considerando a busca pela superação das desigualdades sociais impostas pelo mundo do capital, a Educação Profissional e Tecnológica surge como uma possibilidade de ressignificação da formação do trabalhador, no sentido de realizar uma educação vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão no contexto de uma sociedade desigual, mais, da construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social. Essa sociedade em construção exige uma escola que prepare sim para o mundo do trabalho, porém numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social. Neste sentido este estudo se justifica por buscar compreender a serviço de que ideologia o Instituto Federal, de Educação, Ciência e Tecnologia, enquanto locus privilegiado de formação do trabalhador desenvolve suas ações educativas.

Palavras Chave: Educação Profissional e Tecnológica, Ideologia e Formação do Trabalhador.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Introdução

A atual realidade brasileira nos mostra que para parte significativa da população, a escola, independente de seu nível, se constitui em mecanismo de transformação humana, no sentido de que a escola é o locus de construção do capital cultural, o qual dá origem aos demais capitais, tais como o econômico e o social, indiscutivelmente necessários para o exercício da vida em sociedade. Se por um lado, a escola se caracteriza como um espaço de produção de saberes com bases científicas, fortemente elaborados e sistematicamente produzidos, na mesma medida, a escola também se constitui em espaço público de integração, organização e lazer, acrescentando à mesma novas atribuições que vão além do seu real papel, enquanto instituição responsável pela formação humana no aspecto cultural em seu sentido pleno. Diante desta constatação, a escola precisa firmar-se como um efetivo polo cultural, a serviço da superação da desigualdade social.

No contexto do processo de superação das desigualdades sociais, as quais estão submetidos os trabalhadores, a escola precisa deixar de reproduzir o processo de dominação e alienação do trabalhador e se tornar uma escola comprometida com as transformações sociais, mediante um projeto pedagógico que seja permeado pela vida concreta de cada um e cada uma, possibilitando diferentes abordagens mediante uma construção coletiva pela comunidade escolar.

A proposição para a concretude de uma escola capaz de vincular a formação do trabalhador no contexto de uma formação integral não é de uma ação educadora qualquer, mas uma educação articulada a um Projeto Democrático, comprometido com a emancipação dos setores excluídos da nossa sociedade. Uma educação que assimila e



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

supera os princípios e conceitos da escola e incorpora aqueles gestados pela sociedade organizada.

O IFMT, na busca por superar a rejeição do docente em desenvolver suas atividades junto ao PROEJA –Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, a partir do processo seletivo para professores no ano de 2013, em continuidade ao processo de expansão da Rede Federal, em que selecionará 180 docentes para compor o quadro efetivo de professores para os campi de Alta Floresta, Primavera do Leste e Várzea Grande, irá incluir no edital para o concurso, uma nova etapa no processo seletivo. Além da prova de conhecimentos e prova didática, o candidato terá a obrigatoriedade de realizar um curso de capacitação pedagógica de 500 horas, com foco na formação continuada, sendo que, a não realização desta capacitação, impedirá o servidor de ter concluído o estágio probatório.

A compreensão é a de que, considerando que na Rede Federal são admitidos profissionais com formação em nível de graduação, que não inclui especificamente a licenciatura, muitos não possuem conhecimentos didáticos e pedagógicos, essenciais para o exercício da docência, sobretudo junto ao PROEJA, e que uma vez capacitados, os docentes irão compreender a importância da formação com base em metodologias diferenciadas e saber como desenvolver seus afazeres pedagógicos de forma a motivar o discente no sentido de visualizar a formação como uma ação necessária, responsável, atrativa e prazerosa.

Além de formação, o trabalho a ser desenvolvido no PROEJA requer afetividade, respeito e valorização do outro, respeito ao conhecimento e a vivência que o discente,



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

enquanto sujeito já possui. Necessário se faz um olhar diferenciado por parte dos docentes para com esses alunos, já que eles foram impossibilitados por inúmeras razões de realizar o processo de escolarização na idade certa. Tal prática exige que o educador tenha, além dos conhecimentos teóricos práticos que incluem a didática, uma dimensão ética e humana com base em uma educação comprometida com os elementos e princípios de uma educação dialógica, visto que, o diálogo é fundamental no processo de construção de saberes, com foco na relação professor e aluno e do respeito entre os atores sociais envolvidos neste contexto de construção do conhecimento em sua forma mais elaborada. A relação que o aluno tem com o professor muitas vezes pode garantir a permanência do aluno no processo educativo na instituição formadora, motivando-o a continuar na escola e não se sentir mais uma vez fracassado.

O conceito de inclusão que deverá ir além da Educação Profissional e Tecnológica, deve abrigar o combate a todas as formas de opressão e preconceitos, também geradores de violência e intolerância, por meio de uma educação humanista, pacifista, preocupada com a preservação da natureza e profundamente vinculada à solidariedade entre todos os povos independentemente de fronteiras geográficas, diferenças étnicas, religiosas ou quanto à orientação sexual. (PACHECO, 2011). Porém, é impossível incluir em uma sociedade desigual, reprodutora de desigualdades. As práticas educativas desenvolvidas no processo de formação do trabalhador precisam ser desenvolvidas dentro de um viés crítico por parte dos trabalhadores da educação, cientes de que os objetivos e o perfil discente do IF deferem muito daqueles das universidades, sobretudo as federais; devem estar vinculadas à promoção da emancipação dos trabalhadores, na mesma medida em que deve possibilitar também os princípios básicos da cidadania tais como a tomada de consciência, a organização e a mobilização. Ou seja, a transformação do trabalhador em sujeito da história.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Assim, para que as mudanças necessárias no cenário educativo aconteçam fazem-se necessárias mudanças na razão de ser e estar da Escola na sociedade, partindo da própria escola pública, onde comumente se verifica expressiva distância entre o discurso político e a prática pedagógica, tanto em sala de aula, quanto na concepção de instituição, pela gestão, servidores, discentes e mesmo pelos pais de alunos, que tendem a reproduzir o modelo de escola onde foram formados. Há que se abrir espaço para ampla discussão junto a toda comunidade escolar, como forma promover à crítica em relação ao modelo de escola praticado e o que seria desejável em uma escola libertadora e inclusiva.

Diante das novas perspectivas para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, torna-se absolutamente importante definir a serviço de qual ideologia essa instituição responsável por realizar a formação do trabalhador, irá desenvolver o seu trabalho.

Ao assumirmos desenvolver um trabalho educativo, com foco na formação do trabalhador em uma instituição de ensino que se caracteriza como sendo uma Agência Estratégica de Desenvolvimento Econômico, quais as intenções, valores e ideologias estão presentes nas nossas ações considerando que a função precípua da escola diz respeito à elaboração de saberes em seu mais alto nível e complexidade, aliando ensino, pesquisa e extensão em um contexto de formação humana, comprometida com o desenvolvimento cultural, social e cognitivo. É indispensável ir para além do discurso politicamente correto ou politicamente conveniente, na direção da prática pedagógica efetivamente comprometida com a promoção da cidadania, com a apropriação do conhecimento pelo educando e socialmente inclusiva. Como podemos traduzir nossas intenções e discursos em práticas efetivamente includentes ?



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Histórico

No Brasil, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica teve seu início no ano de 1909, via Decreto nº 7.566, do Presidente Nilo Peçanha. As chamadas Escolas de Aprendizizes e Artífices, destinadas aos pobres e aos “desvalidos da sorte”, foram criadas com o intuito de resolver problemas de ordem econômica e política, vigentes naquele momento histórico. “Nilo Peçanha instaurou uma rede de 19 Escolas de Aprendizizes Artífices, dando origem à Rede Federal que culminou nas Escolas Técnicas e, posteriormente, nos CEFETs” (MANFREDI, 2002, p. 85).

Em 1930 as Escolas de Aprendizizes e Artífices passam a ser denominadas de Liceus Industriais, contudo, a mudança de nomenclatura não mudou os objetivos das instituições. Em 1942, surgem as Escolas Industriais e Técnicas, para substituir os Liceus, com o objetivo claro de oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. Dá-se início ao processo de profissionalização no ensino médio. Posteriormente, em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas passaram à categoria de autarquias e foram denominadas Escolas Técnicas Federais. A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica dá início à sua configuração, em 1978, quando três unidades de escolas técnicas se transformaram em Centros Federais de Educação Tecnológica, surgindo os CEFETs do Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais, posteriormente acrescidos de outras escolas que também foram elevadas à categoria de CEFETs.

Segundo o Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), no final de 2008, quando da criação dos Institutos Federais, a Rede Federal, era composta por 36 Escolas Agrotécnicas, 33 CEFETs com suas 58 Unidades de



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Ensino Descentralizadas (UNEDs), 32 Escolas Vinculadas, 1 Universidade Tecnológica Federal e 1 Escola Técnica Federal.

Em 29 de dezembro de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.892/08, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro do mesmo ano. A mencionada lei instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no âmbito do sistema federal de ensino, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas instituições, a saber: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais; Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR; Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ e de Minas Gerais – CEFET-MG; Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais (Lei 11.892/08, Art. 1º).

Os IF's foram criados através da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, pela junção de diferentes autarquias, antigas instituições profissionais. Já as demais instituições da nova rede, com exceção da Universidade Tecnológica, são aquelas que decidiram pela não integração a um Instituto Federal e se mantiveram com a estrutura administrativa que as caracterizavam.

Se estabelecermos uma comparação entre os IFs e as Universidades, fica perceptível que os Institutos Federais assumem uma responsabilidade maior que as universidades no que diz respeito à oferta do ensino, por ir além da formação exclusivamente em nível superior e pós-graduação *latu e stricto sensu*, mais também por assumir a educação básica, desde a Formação Inicial e Continuada – FIC, ambas no contexto da profissionalização, conforme o artigo 7º da Lei 11.898/2008. Daí surge um questionamento: Quais as intenções implícitas na criação de uma instituição de ensino



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

pluricurricular, que assuma uma gama de responsabilidades com a formação da classe trabalhadora, do ensino básico ao superior?

A Busca Pela Compreensão do Fenômeno

Diante do contexto do novo modelo político vivenciado no Brasil via ação de um governo denominado democrático e popular, necessário se faz um novo modelo de escola e de formação, sobretudo para a classe trabalhadora, e o discurso que está na base da implantação desta escola é traçado pelo viés da inclusão e da formação cidadã, natural tendo em vista que no Brasil, o líder político eleito para governar o país em 2002 advém da classe operária. Assim, é perceptível que os IFs têm uma missão diferente das universidades. O foco de atuação dos IFs está voltado para a profissionalização da classe trabalhadora, fazendo com que elas sejam capacitadas para suprir a falta de mão-de-obra qualificada na região onde o instituto atua. Assim, diferente de uma universidade, todos os cursos, pesquisas e atividades de extensão desenvolvidos nos IFs finalidades e objetivos claros no sentido de auxiliar em alguma necessidade especial, sempre pensando no desenvolvimento social, econômico e sustentável de uma dada região, conforme definido através dos artigos 7º e 8º da Lei 11.892/2008.

Se partirmos do pressuposto de que vivemos em uma sociedade de classes, podemos inferir que a apropriação do conhecimento irá acontecer nesta mesma perspectiva. Ou seja, o filho do trabalhador será formado necessariamente para ser trabalhador. Daí surge mais uma indagação: É possível que a Educação Profissional e Tecnológica em uma sociedade capitalista, possa romper com uma educação que reproduz a dominação daqueles que detém o poder sob as demais classes sociais?



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Segundo sua lei de criação, o IF deve se constituir em um centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular e qualificar-se como referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização aos docentes (Lei 11.892/08, art. 6°).

No desenvolvimento da sua ação acadêmica, a Lei 11.892/2008, através do *caput* do Art. 8°, determina ao IFMT a garantia mínima de 50% de suas vagas para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, e o mínimo de 20% das vagas para cursos de Licenciatura e/ou Programas Especiais de Formação Pedagógica, ressalvado o caso previsto no §2° do art. 8° da mesma Lei.

De acordo com o Decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006 em seu Art. 2°, § 1° os Institutos Federais disponibilizarão ao PROEJA, no mínimo dez por cento do total das vagas de ingresso da instituição, tomando como referência o quantitativo de matrículas do ano anterior, ampliando essa oferta a partir do ano de 2007.

Ainda de acordo com a legislação, os IFs se propõem a realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo, e promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais. Deve, ainda, orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, a partir de mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural, em cada Instituto Federal (Lei 11.892/08, art. 6°).

Fica evidente a estreita articulação dos IFs com os setores produtivos, sobretudo no sentido da adoção de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas, e na



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

oferta formativa, em benefício dos arranjos produtivos locais. Contudo, a análise da Lei nos chama a atenção para algumas ambiguidades que vêm gerando interpretações particulares, como é o caso de atribuir o significado de “pesquisa aplicada”, à pesquisa dirigida aos setores industriais e empresariais. Mesmo assim, a quantidade de finalidades e características expressas na lei de criação dos Institutos Federais, no seu artigo 6º, passa a ideia de que os mesmos se referem a um modelo alternativo à “universidade de pesquisa”, que vem sendo implantada na América Latina, nos últimos anos, com incentivos explícitos do Banco Mundial.

É importante compreendermos o contexto que motiva a criação dos IFs, tendo em vista que, embora tendo sido criado em um governo popular, os IFs fazem parte de um projeto neoliberal de sociedade, mesmo num governo de esquerda.

Ora, se considerarmos que o neoliberalismo adentrou à política brasileira desde a década de 90 via governo Collor, e admitirmos que esse conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia se configura para além de um conceito, mais também como uma ideologia e prática social, é perceptível que tal tendência estará presente em todos os campos da vida em sociedade, agindo como instrumento regulador e flexibilizador das relações sociais no mundo concreto, sobretudo através do trabalho, atrelado a produção de valor. O trabalho no contexto neoliberal é exercido como predomínio do valor de troca, com base no lucro e não com predomínio no valor de uso.

A inserção do Brasil no processo de mundialização do capital pressupõe a reforma do estado e, conseqüentemente, um novo modelo de escola. Neste contexto, as universidades são utilizadas como instrumento para atingir os objetivos desta nova forma



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

de gobierno. A lógica passa a ser a de atender ao máximo ao capital e o mínimo no que diz respeito os aspectos sociais. Ou seja, as universidades públicas se consolidam como instituições operacionais, heterônomas e mercantilistas, atendendo a um discurso de desenvolvimento da ciência e da tecnologia em seu grau máximo.

Tal intenção é evidenciada pelo MEC nas concepções e diretrizes para os IFs conforme podemos visualizar.

A implantação dos Institutos Federais, desde os primeiros registros e debates, sempre esteve relacionada ao conjunto de políticas para a educação profissional e tecnológica em curso. Isso significa que, para trilhar o caminho que leva a essas instituições, passamos necessariamente pela expansão da Rede Federal de educação profissional e tecnológica; pelas medidas que, em cooperação com estados e municípios, visam à ampliação da oferta de cursos técnicos, sobretudo na forma de ensino médio integrado, inclusive utilizando a forma de educação a distância (EAD); pela política de apoio à elevação da titulação dos profissionais das instituições da Rede Federal com a formação de mais mestres e doutores e pela defesa de que os processos de formação para o trabalho estejam visceralmente ligados à elevação de escolaridade, item em que se inclui o Programa da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos(Proeja). O que está em curso, portanto, reafirma que formação humana e cidadã precede à qualificação para o exercício da laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento. (CONCEPÇÕES E DIRETRIZES, p. 09).

É nesse contexto que os IFs surgem, como a “menina dos olhos” do Banco Mundial. Ou seja, a intenção agora é formar o capital humano. A educação mais do que nunca passa a ser um investimento a fim de garantir mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. Passa a existir uma simbiose entre mercado, ciência e tecnologia.

Ainda conforme o MEC,

[...] a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, tendo em vista que é essencial à Educação Profissional e Tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais. (CONCEPÇÕES E DIRETRIZES, p.09).

A Educação Profissional no Brasil sempre esteve ancorada na ideia de qualificação de mão de obra, intenção explícita ao longo dos tempos. Contudo, depois do governo Lula, esse processo de formação do trabalhador passa a ter também como atribuição a inclusão social e no bojo desta inclusão a transformação de homens e mulheres em cidadãos. Na verdade, mesmo na perspectiva de um governo popular, está subjacente uma nova concepção de estado e de política, que embora neoliberal, tem preocupação com os aspectos sociais.

Kuenzer, ao realizar uma análise dos projetos implantados ao longo do governo Lula afirma que:

[...] Programas e projetos, tanto no governo Fernando Henrique quanto no governo Lula, não se diferenciam no que diz respeito à concepção das relações entre Estado e sociedade civil, que passam a se dar através das parcerias entre o setor público e o setor privado. Estas relações supõem o repasse de parte das funções do Estado para a sociedade civil, acompanhado do repasse de recursos, que, realizados sob o ordenamento jurídico privado, fogem aos controles públicos da União. (Kuenzer, 2006, p. 899).

Ainda Kuenzer (2006) nos chama a atenção para o fato de que um volume significativo de recursos estão sendo destinados os setores comunitários, no sentido de fazer com que os mesmos realizem a função do Estado no tocante à educação



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

profissional, como é o caso do PRONATEC¹ e do PROUNE². Kuenzer compreende que a opção pela implementação de Projetos de Educação Profissional esconde a ausência de Políticas Públicas. Tal prerrogativa fica evidente quando visualizamos o Sistema “S” utilizando de recursos da educação que poderiam ser aplicados na melhoria da qualidade da educação pública com foco na formação do trabalhador, apenas como mera “instrução” e “adestramento”, que avoluma o cenário em que o processo de formação do trabalhador, marcado pela crise profunda da tradição cultural e da concepção da vida e do homem, sofre um processo de progressiva degeneração: as escolas de tipo profissional, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, predominam sobre a escola formativa, imediatamente desinteressada. O aspecto mais contraditório está em que este novo tipo de escola é compreendida como democrática, quando na realidade, não só é destinada a perpetuar as diferenças sociais e a cristalizá-las. (GRAMSCI, 2001).

Podemos perceber que ao longo dos tempos a educação vem sendo apropriada no sentido de se colocar a serviço de outros interesses que não só o da formação humana, conforme nos assevera Costa (2013):

A instituição escolar tem sido apropriada pelo estado, na atual conjuntura, com vistas a maximizar e a diversificar sua atuação na sociedade, porém sob a ótica utilitarista, objetivando o lazer, a diversão, o controle da violência, a educação informal e outras atividades não ligadas diretamente à socialização do saber sistematizado referente à ciência, à tecnologia, ao pensamento e à arte. (COSTA, 2013, p. 11)

A escola pública por muito tempo se configurou como um espaço de desenvolvimento de projetos comprometidos com a emancipação humana, visando a formação cidadã. Porém, a escola em função das mudanças políticas, econômicas e

¹Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

² Programa Universidade para Todos.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

tecnológicas que afetam o mundo na perspectiva da globalização, sofre influências que determinam novas formas de pensar e desenvolver o processo educativo.

Ainda na esteira de Costa (2013), podemos inferir que diante do contexto político brasileiro em que, embora na perspectiva popular democrática, demonstra colocar em prática as ideias neoliberais, cabe questionar se as políticas públicas neoliberais induziriam ou não a um uso da escola para outras finalidades e se tal uso teria antecedentes históricos, bem como quais as consequências para o processo educacional e na mesma medida para a constituição e diretrizes para a carreira docente.

Diante do exposto necessário se faz refletir quanto ao impacto das políticas educacionais, com foco no PRONATEC e as consequências do uso das mesmas na Educação e na formação do Jovem e Adulto Trabalhador.

As dinâmicas que envolvem as transformações sociais, econômicas e tecnológicas decorrentes da política neoliberal adotada também no Brasil e para a construção do novo modelo de escola subjacente a esta política, também as políticas educacionais são utilizadas como ferramentas para alcançar os objetivos desta nova forma de gestão.

Os documentos do Banco Mundial passaram a induzir a adoção de um modelo de administração gerencial para a educação, com base na Gestão da Qualidade Total, que visualiza a escola na mesma perspectiva de uma empresa. Fica evidente que o Banco Mundial objetiva a diminuição de gastos com a educação e passa a priorizar a preparação dos indivíduos para o mercado de trabalho, inserindo-os na vida produtiva estabelecendo assim formas de controle para a concretização das políticas neoliberais que passa a priorizar a educação básica e prevê a efetiva participação da sociedade no financiamento



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

da educação, como forma de tirar a responsabilidade do Estado e com a formação dos docentes de forma aligeirada e através de cursos não presenciais.

Dessa forma, os sistemas de avaliação de desempenho dos alunos, docentes e instituições educacionais, como controle de resultados ocupavam lugar de destaque nos documentos internacionais e atualmente estão regulamentados em documentos oficiais e legislações, cuja tendência é culpabilizar os docentes e escolas pelo fracasso dos alunos.

O PRONATEC significa uma intensificação do trabalho docente em função dos baixos salários destinados à categoria. Outro aspecto que merece destaque é a precarização do trabalho do professor, que além de cumprir com suas atividades normais na instituição, tem que dobrar sua carga horária, atraído pelo “pró labore” pago pelas horas adicionais trabalhadas. Isso diz respeito à desvalorização profissional de forma velada e o que é pior, visualizada com bons olhos pelos profissionais da educação, que não percebem que sob a constante exigência de produtividade, a autonomia dos docentes está comprometida à medida que a intensificação do seu trabalho tem desqualificado a profissão.

A desigualdade cada vez mais legitimada na condição de trabalho dos docentes, também avolumadas pelo PRONATEC dificulta a organização sindical, mesmo porque as condições de trabalho tendem a ser tecidas e determinadas pela competitividade. As universidades e as escolas passam a serem transformadas em empresas e a ser geridas em moldes empresariais e a educação passa a ser transformada em mercadoria e investimento mesmo para o aluno que vê seu estudo como investimento profissional.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Essa situação, aliada à insegurança a que estão expostos tais profissionais, influencia a capacidade de organização da categoria, pois os docentes passam a agir em relações que priorizam o individualismo em contraposição à noção de sujeitos históricos e, portanto, de coletividade.

Na mesma linha de raciocínio, Costa (2013) nos chama a atenção para o fato de que:

Diversos programas e projetos têm sido propostos para serem desenvolvidos na escola, contando-se com parcerias entre instituições públicas e privadas, com vistas a promover atividades de lazer, diversão, educação não formal, saúde, esporte formação para o emprego e geração de renda, inclusão social, enfrentamento do racismo, objetivando fomentar a participação da comunidade na escola, na qualidade de usuários de serviços oferecidos naquele espaço. (COSTA, 2013, p.13)

No entanto, fica perceptível que no projeto neoliberal, a educação, tem sua finalidade precípua definida, tendo como parâmetro as necessidades de cada classe social, e por isso, a escola atua como irradiadora de ideologias e contra ideologias, já que a mesma é um locus em que se reproduz a luta de classes.

Carrion (1997), afirma que na teoria neoliberal os seres humanos não nascem iguais, nem tendem à igualdade. O autor menciona que, qualquer tentativa de acabar com a desigualdade seria um ataque irracional à própria natureza das coisas neoliberais. Ou seja, a desigualdade se configura como característica principal deste modelo político. Portanto, qualquer tentativa de justiça social seria improcedente porque as desigualdades fatalmente renasceriam. Assim, podemos afirmar que a desigualdade concebida pelo ideário neoliberal é um processo estimulante, vem produzindo mudanças significativas na configuração de que os indivíduos considerados mais talentosos queiram se sobressair contribuindo dessa forma, para o progresso da sociedade.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

A sociedade nesta concepção passa a ser compreendida como um locus natural de competição e conseqüentemente da concorrência. Tal perspectiva não exclui o cenário educativo e ilustra as conseqüências do desenvolvimento de Programas como o PROANTEC. Na vida em sociedade todos indistintamente partem em busca pela sobrevivência. Com base no darwinismo, que afirma a vontade do mais apto, fica evidente que somente os fortes sobrevivem, cabendo aos fracos conformar-se com o processo de exclusão natural. Na perspectiva neoliberal, os excluídos, portanto, incapazes de garantir sua subsistência, devem ser atendidos não pelo “Estado de Bem-estar”, que estimula o parasitismo e a irresponsabilidade, mas pela “bondade” feita por associações e instituições privadas, que amenizam a vida dos infortunados, ou que são a esperança de aprimorar os serviços prestados pelo poder público, necessário para a manutenção da dominação das classes dominantes.

Podemos afirmar que o PRONATEC, assim como o neoliberalismo no contexto da educação, se apresenta como uma política avassaladora, no sentido de cumprir com as exigências mercadológicas que discretamente fortalecem o individualismo, a competitividade e conseqüentemente, usurpa a garantia de direitos trabalhistas e influencia a carreira do docente de forma negativa, uma vez que dá a impressão ao mesmo de que ele é o único responsável pelo seu sucesso ou insucesso.

O aspecto mais grave a nosso ver, se constitui no processo de escolarização aligeirada dos jovens e adultos trabalhadores, que desqualifica cada vez mais a qualidade no processo de formação. Fica evidente que a articulação entre o ensino médio e o ensino técnico consiste em uma necessidade social e histórica da educação, que visualiza a formação do trabalhador para além do processo de alienação, no sentido de realizar uma formação mecânica, focada apenas em atender a dinâmica do mercado.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

A proposta de integrar formação geral e formação técnica no ensino médio, sobretudo no PROEJA, visando à formação integral do educando, é por determinações legais, mecanismo para superação da dualidade de classes no cenário educativo, e o PRONATEC solapa essa conquista de forma discreta e com um discurso atrativo, capaz de ludibriar a percepção de uma educação inclusiva. O PROEJA como possibilidade de formação do trabalhador, significa o início de novas relações entre o trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas na vida social como um todo.

É imperioso termos clareza de que a escola contribui para a reprodução das classes sociais. Da mesma forma, compreendermos que a escola, ao mesmo tempo em que reproduz os valores dominantes da exploração e do poder, essa mesma escola alimenta o movimento de superação do estado de coisas existente. Frigotto (1989, p. 24) ao se referir a esta questão menciona que:

A escola ao explorar [...] as contradições inerentes à sociedade capitalista é ou pode ser um instrumento de mediação na negação dessas relações sociais de produção. Mais que isto, pode ser um instrumento eficaz na formulação das condições concretas da superação dessas relações sociais que determinam uma separação entre capital e trabalho, trabalho manual e trabalho intelectual, mundo da escola e mundo do trabalho.

Em nosso país, o processo de reprodução das classes sociais fica evidente pela oferta de escolas de formação profissional e escolas de formação acadêmica para o atendimento de populações com diferentes origens e destinação social.

Nos dias atuais podemos visualizar vários programas que garantem o acesso do trabalhador no Ensino Superior via garantia de reserva de vagas ou o pagamento de mensalidades em instituições de Ensino Superiores. Aparentemente, uma política de inclusão viável, não fosse o viés político neoliberal subjacente em tal questão. Fica



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

evidente, portanto, que em se tratando das políticas neoliberais, o estado passa a cumprir com suas funções preconizadas pelo *WelfareState*, ou seja, as políticas sociais no contexto neoliberal funcionam com vistas a instrumentalizar a política econômica em função de promover a reestruturação e descentralização dos serviços governamentais, diminuindo suas ações, transferindo para o setor privado os recursos sem interferência do estado. Sendo assim, a adoção da concepção de estado mínimo, isto é, o investimento dos recursos públicos em políticas sociais concederia às pessoas o acesso mínimo a todos os direitos inerentes à vida em sociedade, tais como Educação, Saúde, Habitação, Transporte, bem como as condições essenciais para aumentar a expectativa de vida da classe empobrecida. Assim, as políticas compensatórias cumprem com o papel de promoção e garantia da chamada equidade social, cujo preço é o empobrecimento dos setores médios urbanos, sem prejudicar os interesses das classes dominantes. Assim, o domínio do mercado gera o enfraquecimento das instituições públicas, da cultura e da solidariedade. “A desigualdade social e a injustiça na distribuição da renda chegaram a indignar por suas dimensões” (SAVIANI, 1997 p. 218).

A dualidade estrutural da escola se evidencia nos limites das classes sociais e da separação histórica entre os saberes de natureza teórica e os saberes de natureza prática. Existem duas escolas com intenções bem definidas, que demonstram as divisões estruturais do sistema educativo no modo capitalista de produção. Ou seja, a escola de formação das elites e a escola de formação do trabalhador. Tal concepção explicita a divisão entre pessoas que concebem e controlam o processo de trabalho e pessoas que o executam. Nesta perspectiva, é possível visualizar que a educação profissional é destinada àqueles que estão sendo preparados para executar o processo de trabalho, com um discurso de que este tipo de educação é incluyente, alicerçado em uma formação cidadã e de bases humanísticas, e a educação científico-acadêmica destinada àqueles que



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

vão conceber e controlar este processo, de forma a reproduzir as diferentes maneiras de dominação. Essa visão que separa a educação geral, propedêutica da educação específica e profissionalizante, reduz a educação profissional a treinamentos para preenchimento de postos de trabalho, de forma a garantir as exigências do mundo do capital em que o trabalhador deve saber apenas ler, escrever e realizar algumas operações matemáticas.

Contudo, não apenas como privilégio da educação profissional via Rede Federal, as desigualdades e exclusão se enraízam desde as escolas de ensino fundamental públicas, municipais e estaduais, em expressiva maioria, além das privadas do tipo pague e leve, onde os filhos de trabalhadores já iniciam a sua formação de forma deficiente e desigual por inúmeras razões que vão desde falta de acompanhamento dos discentes por parte dos pais, falta de comprometimento por falta dos docentes, más condições de trabalho para os servidores da educação e falta de interesse por parte dos discentes.

Fica perceptível, portanto que, independentemente do mecanismo de oferta, do projeto pedagógico do curso, da legislação que o rege, ou mesmo de sua modalidade de ensino, este deve buscar garantir uma educação de qualidade, dependendo, para isso, de sua intenção com foco em uma abordagem coerente capaz de ser traduzida em via prática pedagógica.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Algumas Considerações

Seria ingênuo pensar que a Educação Profissional e Tecnológica está imune aos interesses do capital. Historicamente a formação do trabalhador está atrelada aos interesses da classe dominante. Contudo, considerando que a ambiguidade se faz presente em todos os setores da vida humana e da sociedade, podemos afirmar que existem práticas pedagógicas que aproveitam as brechas deixadas pelo capitalismo para ressignificar o processo de formação do trabalhador.

Carvalho (2000), quando da virada do milênio asseverava que diferente do que muitos possam imaginar, o maior problema mundial não é a miséria, a guerra ou a delinquência. *O autor menciona que nosso maior problema reside em dar uma função socialmente útil às pessoas que produzem esses males, de modo que parem de produzi-los.* Segundo Carvalho, nenhum desses problemas surge do acaso ou do mero efeito inconsciente das ações das massas anônimas. Cada um deles surge da iniciativa de pessoas e grupos dotados do poder de agir.

Segundo o autor, em nossa sociedade existem três classes de pessoas que detém o poder: os ricos, os chefes políticos militares e os intelectuais. Neste contexto, os ricos se destacam e encontram seu lugar no mundo a ponto de organizar de forma tão eficiente suas atividades que, além de liberar forças produtivas jamais imaginadas, transformam a economia em uma máquina próspera, capaz de funcionar sozinha, sem muita interferência do Estado. Ou seja, a burguesia cumpriu seu papel que consistiu em abrir o caminho de dias melhores para toda a humanidade. Só que, para realizar tal processo, ela tornou a economia o centro da vida, organizando as demais esferas do poder, a político-militar e a intelectual pelo modelo de administração das fábricas ou dos bancos. O capitalismo tem mostrado sua força quando racionaliza e burocratiza o Estado,



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

a Justiça, os exércitos e a vida intelectual. Neste processo, um chefe militar é hoje um funcionário, como é funcionário o homem de ciência (CARVALHO, 2000). Nos dias atuais as casas legislativas, nas três esferas, esvaziaram-se na sua atuação política, deixando de serem espaços para o debate das grandes questões segundo o interesse nacional, resumindo-se em meros ratificadores dos atos do poder executivo e do atendimento dos interesses de grupos políticos e das classes dominantes.

Em pleno século XXI, neste momento histórico, já sabemos como organizar a economia. Contudo, ainda não sabemos organizá-la de modo a evitar a marginalização que transforma pessoas em oprimidos, vivenciando todas as formas de exclusão.

Nesta perspectiva, ao pensar a educação do trabalhador visualizamos a necessidade de uma educação integral, capaz de superar a dualidade entre teoria e prática, pensar e fazer, uma educação humanista em seu sentido pleno. Pensar a Educação Profissional e Tecnológica na perspectiva da superação da opressão em suas diferentes formas requer pensarmos em uma escola única, politécnica, capaz de conceber o trabalho como princípio educativo, na busca da articulação entre teoria e prática e a negação da separação entre cursos teóricos e cursos práticos, entre ensino propedêutico e ensino profissionalizante na perspectiva gramsciana.

A escola capaz de cumprir com a tarefa da formação do trabalhador seria uma escola unitária, cujo conceito de unitariedade, se refira ao princípio da união dos contrários e para estabelecer uma relação dialética com dualidade escolar no sentido da construção de uma escola que não se diferencia em função das classes sociais e que, por isto, pressupõe o início de uma nova relação entre trabalho intelectual e trabalho braçal, não só na escola, mas também na vida social, no sentido da realização da superação da sociedade de classes.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Para que a escola cumpra com o seu papel de superação da dicotomia entre as classes sociais, possibilitando a construção da contra hegemonia, devemos exercitar uma ação educativa de acordo com os pressupostos filosóficos, morais e políticos que leve em conta a transformação da vida real e da sua consciência, quer dizer, a consciência dos homens a cerca da própria vida, numa perspectiva crítica de luta em prol de transformação da realidade social vigente, mesmo tendo clareza de que a superação das desigualdades sociais se dará em um tempo histórico. Tal clareza, no entanto não deve paralisar nossas ações educativas na luta pela inclusão, pela construção de espaços mais igualitários de reconhecimento e de garantia de direitos. Toda a busca de emancipação e autonomia pressupõe riscos e dúvidas ao inovar, ao construir uma educação de possibilidades: certeza, jamais! Certamente teremos que correr riscos, riscos estes que têm a ver inclusive com a criação de caminhos libertadores e das orientações de uma pedagogia para a prática da liberdade, considerando a hegemonia de processos bancários na educação e do controle capitalista via processos institucionais que asseguram a continuidade de formas conservadoras, que a educação precisa enfrentar.

Os IFs nascem no bojo de uma política neoliberal, portanto, com intenções, valores e ideologias bem claras e definidas comprometida com nossas ações e ignorando a função precípua da escola que diz respeito à elaboração de saberes em seu mais alto nível e complexidade, aliando ensino, pesquisa e extensão em um contexto de formação humana, perpassada pelo desenvolvimento cultural, social e cognitivo. Como podemos traduzir nossas intenções e discursos em práticas efetivamente inclusivas? A forma possível para driblar a realidade posta é aproveitar as brechas a fim de podermos subverter a imposição do mundo do capital e ir além. As intenções implícitas na criação de uma instituição de ensino pluricurricular, que assuma uma gama de responsabilidades com a formação da classe trabalhadora, do ensino básico ao superior, são justamente no sentido de colocar em



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

prática a política neoliberal, sem, contudo causar estranhamento, passando a impressão de que o trabalhador está sendo formado para o mundo do trabalho, quando na prática o foco da formação é o mercado de trabalho.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei de Criação dos Institutos Federais. Lei 11.892 de 29 de Dezembro de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Concepções e Diretrizes para os Institutos Federais. 2008.

CARRION, Raul K.M., Vizontini, Paulo G. - Globalização, neoliberalismo, privatizações, Editora da Universidade, UFRGS, Porto Alegre, 1997.

CARVALHO, Olavo. O Maior Problema do Mundo. Revista Época. Ano III. N. 137. 1 de janeiro de 2001.

COSTA. Aurea de Carvalho. As relações entre estado e escola no Neoliberalismo: A função social da Escola no Estado mínimo e as novas organizações às políticas educacionais. Curitiba. Appris, 2013.

FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. 3.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. & RAMOS, M. (Orgs.) Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

MANFREDI. S. M. Educação Profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

MANACORDA. Mario A. O Princípio Educativo em Gramsci. Porto Alegre, RS. Artes Médicas, 1990.

MARX, K. Para a Crítica da Economia Política. Coleção os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARX, K. Manuscritos Econômicos Filosóficos. São Paulo: Martin Claret, 2011.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

PACHECO, Eliezer. PACHECO, Eliezer. (Org). Institutos Federais. Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica. São Paulo. Editora Moderna, 2011.

MANACORDA, Mario Alighiero. O princípio educativo em Gramsci. 1 ed. Tradução de Willian Lagos. Porto Alegre: Artes médicas, 1990.

SAVIANI, Demerval. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 6ª Edição. Coleção Polemicas do Nosso Tempo. Campinas: Editora Autores Associados, 1997.

WEBGRAFIA

KUENZER, A. Z. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. Revista Educação & Sociedade. Campinas, vol27, n.96, out/2006, p.877-910. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 18/04/2013.

KUENZER, A. Z. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre Educação e Trabalho. s.d. Disponível em <http://www.diaadia.pr.gov.br/det/arquivos/File/SEMANAPEDAGOGICA/13Exclusao-Includente-AcaciaKuenzer.pdf>>. Acesso em 19/04/2013.